

BREVE REFLEXÃO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

BRIEF REFLECTION ON THE IMPLICATIONS OF NEOLIBERAL POLICY IN BRAZILIAN EDUCATION

BREVE REFLEXIÓN SOBRE LAS IMPLICACIONES DE LA POLÍTICA NEOLIBERAL EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

Rômulo Afonso Santos Ribeiro¹

Resumo

As políticas neoliberais estão cada vez mais presentes na América Latina e atingem as esferas políticas e educacionais. Nos últimos 40 anos, houve a implementação de políticas públicas educacionais neoliberais, por meio das chamadas “fábrica de ideias” ou Think Tank. Essas políticas continham um viés mercadológico, o que difere de uma educação crítica que forme profissionais participativos e reflexivos. O objetivo deste artigo é analisar os impactos que políticas neoliberais impõem à sociedade e à educação brasileira. Este estudo traz uma reflexão elucidativa sobre os efeitos da lógica mercadológica para a classe trabalhadora; logo, o discurso dessa lógica, carregado de simbolismos, oculta seu sentido econômico e tecnicista. No trabalho, apresentaremos a metodologia utilizada, considerações sobre os modelos de produção capitalista e, posteriormente, concepções políticas e ideológicas presentes do ideário neoliberal. Abordaremos, a seguir, o neoliberalismo na educação e na América Latina, além de uma discussão entre as categorias de análise do neoliberalismo e Estado social. A perspectiva teórico-metodológica da investigação é o marxismo e o referencial bibliográfico se constituiu, principalmente, das contribuições de Harvey (2008), Moraes (2003), Anderson, Sader e Gentili, (1995), Batista (1994), Unesco (1990), Coraggio (1995) Trindade (2003), Casassus (2001) e Coutinho (2008). Verificou-se que as políticas neoliberais — sob o processo de privatização e valorização da liberdade econômica — reduzem os direitos sociais adquiridos, como a educação pública universal, consagrada na Carta Magna de 1988. Assim, essas políticas excludentes fortalecem a expansão das relações de produção capitalista.

Palavras-chave: Educação. Mercado. Neoliberalismo. Privatização.

Abstract

Neoliberal policies are increasingly present in Latin America and reach the political and educational spheres. In the last 40 years, there has been the implementation of neoliberal educational public policies, through the so-called "ideas factory" or Think Tank. These policies contained a market bias, which differs from a critical education and training of participatory and reflective professionals. The aim of this article is to analyze the impacts that neoliberal policies impose on Brazilian society and education. This study brings an elucidative reflection on the effects of marketing logic for the working class; therefore, the discourse of this logic, loaded with symbolism, hides its economic and technical meaning. In the work, we will present the methodology used, considerations about the models of capitalist production and, later, political and ideological conceptions present in the neoliberal ideas. We will then address neoliberalism in education and Latin America, as well as a discussion between the categories of analysis of neoliberalism and social state. The theoretical-methodological perspective of the investigation is Marxism and the bibliographic reference consisted mainly of the contributions of Harvey (2008), Moraes (2003), Anderson, Sader and Gentili, (1995), Batista (1994), Unesco (1990), Coraggio (1995) Trindade (2003), Casassus (2001) and Coutinho (2008). It was found that neoliberal policies — under the process of privatization and valorization of economic freedom — reduce acquired social rights, such as universal public education, enshrined in the Magna Carta of 1988. Thus, these exclusionary policies strengthen the expansion of capitalist production relations.

Keywords: Education. Market. Neoliberalism. Privatization.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Internacional – UNINTER Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: romuloafonso.cav@gmail.com

Resumen

Las políticas neoliberales están cada vez más presentes en Latinoamérica y llegan hasta los ámbitos políticos y educativos. En los últimos 40 años, se pusieron en práctica políticas públicas educativas neoliberales, por medio de las llamadas “fábricas de ideas” o Think Tank. Esas políticas se caracterizan por su orientación metodológica, lo que las distingue de una educación crítica, formadora de profesionales participativos y reflexivos. El objetivo de este artículo es analizar los impactos que las políticas neoliberales imponen a la sociedad y a la educación brasileña. Realiza una reflexión sobre los efectos de la lógica mercadológica para la clase trabajadora; el discurso de esa lógica, cargado de simbolismos, oculta su sentido económico y tecnicista. En este estudio, presentaremos la metodología utilizada, consideraciones sobre los modelos de producción capitalista y, posteriormente, concepciones políticas e ideológicas presentes en el ideario neoliberal. Trataremos, luego, el neoliberalismo en la educación y en Latinoamérica, además de una discusión sobre las categorías de análisis del neoliberalismo y las del Estado social. La perspectiva teórico-metodológica de la investigación es el marxismo y las referencias bibliográficas incorporan, principalmente, las contribuciones de Harvey (2008), Moraes (2003), Anderson, Sader e Gentili, (1995), Batista (1994), Unesco (1990), Coraggio (1995) Trindade (2003), Casassus (2001) y Coutinho (2008). Se pudo constatar que las políticas neoliberales — bajo el proceso de privatización y valoración de la libertad económica — reducen los derechos sociales adquiridos, como la educación pública universal, prevista en la Constitución de 1988. Así, esas políticas excluyentes fortalecen la expansión de las relaciones de producción capitalista.

Palabras-clave: Educación. Mercado. Neoliberalismo. Privatización.

1 Introdução

O neoliberalismo, no contexto latino-americano, ocasionou reações negativas em vários grupos de estudantes e de todos que defendem uma educação crítica, estatal, pluralista e democrática, questões de gênero, raça, etnia e socioeconômica — grupos deixados de fora nesse tipo de política. Esse sistema político se concretiza no enfraquecimento da educação pública e na falta de comprometimento do poder público em subsidiar educação privada, ao preterir um ensino pleno sob uma perspectiva transformadora.

Frente à concepção mercadológica, a educação pública deverá reivindicar seu caráter moral e formadora de cidadãos; assim, é a partir da educação que poderemos ter uma sociedade mais humana e igualitária e não através de uma educação tecnicista favorecedora da minoria — movida pela lógica do mercado. O acesso à educação deve ser garantido pela educação pública e fortalecido pelas políticas públicas.

Verificamos que a implantação das políticas neoliberais ainda ocasiona o sucateamento da educação brasileira, seja ela pública ou privada. Em relação à educação pública, o neoliberalismo, sob a perspectiva do mercado, diminui suas responsabilidades e as transfere ao indivíduo. Quanto à educação privada, o Estado entende que o indivíduo trabalha para atender seus gastos com educação, porém, não há subsídios suficientes do governo — desatendendo o indivíduo.

Sobre o contexto referenciado, o objetivo deste artigo é analisar os impactos que a implantação da política neoliberal impõe à sociedade e à educação brasileira. Tal artigo se torna

importante, pois, traz uma reflexão elucidativa sobre o viés econômico da política em questão para a classe trabalhadora; assim, o discurso carregado de simbolismo oculta seu sentido econômico e tecnicista, o que forma cidadãos reprodutores. Utilizaremos como método de análise da realidade o marxismo — perspectiva teórica que surge do Idealismo de Hegel — para dar respostas à humanidade face às consequências do processo de industrialização. Esses processos explicam os impactos das políticas neoliberais na sociedade brasileira até certo ponto. Entendemos que o processo de implantação da política neoliberal é histórico e se explica a partir do que Faoro (1976) chama de burocracia patrimonialista portuguesa; ela é material, pois, é na realidade e no concreto que os fenômenos acontecem e não mais no ideal — principalmente no âmbito dialético.

Para melhor compreensão, dividimos o estudo em seis etapas: na primeira abordaremos a metodologia utilizada, posteriormente, os modelos de produção taylorismo, fordismo e toyotismo, depois, faremos apontamentos sobre as concepções políticas e ideológicas; por conseguinte, discutiremos o ideal neoliberal na educação, o neoliberalismo na América Latina e, por último, as categorias de análise do neoliberalismo e Estado Social. O referencial bibliográfico constituiu-se, principalmente, das contribuições de Harvey (2008), Moraes (2003), Anderson, Sader, Gentili, (1995), Batista (1994), Unesco (1990), Coraggio (1995) Trindade (2003), Casassus (2001) e Coutinho (2008). A pesquisa é de cunho qualitativo, bibliográfico e os dados foram coletados das obras dos autores referenciados.

Como resultado, verificou-se que as políticas neoliberais, sob o processo de privatização e valorização da liberdade econômica, acabam por reduzir, se não rechaçar quase por completo, os direitos sociais adquiridos na Carta Magna de 1988 e fortalecem a reprodução, sob um novo olhar, das relações de produção capitalista. Logo, o coletivo e universal dá lugar ao individual; ou seja, a educação passa a ser proporcionada a partir da meritocracia de cada indivíduo — o que desonera o Estado de promover a educação pública.

2 Histórico do envolvimento das política neoliberais no mundo

2.1 Metodologia

A pesquisa científica é a busca metódica pela resolução do novo, influenciada pela intencionalidade do pesquisador. De acordo com Kant (1958), desconhecemos completamente a natureza do objeto em si, somente percebemos tal objeto de maneira peculiar; ou seja, o início de uma pesquisa é a necessidade e o envolvimento do pesquisador com o que se deseja verificar. O pesquisador é um ser social carregado de emoções, que se relaciona com o meio e por ele é

influenciado; logo, essas inter-relações são permeadas por problemas que afloram e se revelam — a serem questionados pela sociedade.

A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan (1994), está ligada à vertente mais subjetiva do objeto a ser pesquisado, nesses casos, as multiplicidades que envolvem o problema são de interesse de investigação. O que se pretende é contemplar as múltiplas determinações do objeto — neoliberalismo na educação — que é determinado e determinante no amplo processo da pesquisa. Portanto, a pesquisa para produção deste artigo é qualitativa e não contempla dados quantificáveis. O pesquisador deve ter plena ciência de que os conceitos pré-concebidos (preconceitos) e juízos de valor não satisfazem a pesquisa.

As fontes podem ser classificadas em livros de leitura corrente ou de referência, publicações periódicas e impressos diversos. Os livros de leitura corrente são caracterizados pelos diversos gêneros literários ou que proporcionam um debate científico. Já os livros de referência são de rápida consulta e tem por objetivo a rápida obtenção de informações pertinentes.

Gil (2002) explica que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica, em relação à pesquisa direta, é que ela permite a investigação ampla dos fenômenos. Ela é indispensável aos estudos em que há necessidade do conhecimento do percurso histórico. Porém, apresenta desvantagens ao utilizar fontes secundárias, pois, pode incutir na reprodução equivocada de dados coletados.

A pesquisa bibliográfica é utilizada em qualquer investigação, pois, sugere o levantamento bibliográfico prévio e necessário para construção da redação do estado da arte. Fachin (2005) afirma que a pesquisa bibliográfica aproxima-se do leitor, através das obras e referências, além de propiciar a construção do saber. A coleta de dados é feita de acordo com as fontes — que podem ser primárias e secundárias; assim, a primeira é fonte básica do tema a ser verificado e a segunda serve de apoio ao assunto já estudado.

Ao analisarmos um tema, realizamos levantamentos bibliográficos afim de nos proporcionar fontes para o embasamento teórico do assunto. Lakatos e Marconi (1999) nos ensinam que a pesquisa não, necessariamente, parte do marco zero; logo, há necessidade de procurarmos pesquisas semelhantes para aumentarmos a credibilidade e confiabilidade dela, ao objetivar conclusões semelhantes.

Para compreendermos a influência neoliberal na educação brasileira faremos a revisão de literatura, de acordo com uma prévia no quadro a seguir:

Quadro 1 - Síntese dos autores que balizam a pesquisa

| Autores | Tema |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Kant (1958), Gil (2002), Fachin (2005), Bogdan (1994), Lakatos e Marconi (1999). | Metodologia da pesquisa. |
| Taylor (1990), Ford (1967), Friedmann (1972), Harvey (2008) e Ohno (1997). | Modelos de produção capitalista. |
| Moraes (2003), Anderson, Sader, Gentili, (1995), Batista (1994), Sader (1995), Casassus (2001) , Coraggio (1995) e Trindade (2003). | Perspectivas política e ideológicas. |
| Casassus (2001), Coutinho (2008) Passeti (2000) e Rumié Rojo (2019). | Análise do Estado Social e o neoliberalismo. |

Primeiramente, traremos alguns autores que nortearam a nossa metodologia científica, Gil (2002) e Bogdan (1994), que abordam a pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfica. Autores como Taylor (1990) e Ford (1967) que tratam sobre os modelos de produção capitalista como o taylorismo e o fordismo. Anderson, Sader, Gentili, (1995), Casassus (2001) , Coraggio (1995), Trindade (2003), Coutinho (2008) e Passeti (2000) são autores que vão embasar nossa pesquisa relacionada sobre o avanço do neoliberalismo na educação e sociedade brasileiras.

2.2 Taylorismo, Fordismo e Toyotismo: algumas considerações

Para compreendermos as políticas educacionais no século XX, necessita-se compreender que economia e educação sempre estiveram interligadas. A sociedade capitalista, ao longo dos anos, vem se reestruturando, mudando sua organização social do trabalho e sua forma de acumulação de capital. Ao final do século XIX, a implantação de novas técnicas racionais de gestão do trabalho nas empresas deu origem ao taylorismo² que tinha como princípios o domínio do posto de trabalho e de técnicas referentes ao ofício do trabalhador, desta forma, ele realizaria uma tarefa específica por várias vezes em menos tempo. As práticas tayloristas se evidenciam na forma em que

Um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. [...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental (TAYLOR, 1990, p. 43).

Esse modelo se propagou pelo mundo e passou a impactar as políticas educacionais, pois, necessitava que o sistema educacional se adequasse à formação de alunos trabalhadores e

² O taylorismo foi um modelo hegemônico de formas de racionalização do trabalho fabril, teve seu surgimento nos Estados Unidos da América e logo se expandiu.

adestrados às tarefas repetitivas. Assim, surgem as pedagogias tecnicistas, baseadas na pedagogia tradicional, na memorização e repetição de conteúdos fragmentados; aparecem, também, os professores que dominam os conteúdos de suas disciplinas, transmitindo-os, segundo Freire (1987), de forma bancária aos alunos, que são meros cumpridores de metas — baseados em competências.

Dando continuidade ao taylorismo, o fordismo³ surge para aperfeiçoar o primeiro. O fordismo acontece no século XX enquanto modelo de gestão das grandes fábricas. Essas fábricas empregavam muitos trabalhadores, os quais necessitavam de moradia, saúde, educação, moradia, segurança, transporte e lazer. O governo, através de políticas públicas e preocupado com a formação de mão-de-obra, oferece escolas públicas formadoras de trabalhadores assalariados e outras necessidades básicas. O fordismo, através do princípio da prosperidade, se organizou a partir da proporção de altos salários aos trabalhadores que se destacassem — o que contrariou e rompeu com o modelo taylorista. Para Ford (1967), a subjetividade do trabalhador e a redução da hierarquia dos chefes já se fazia presente em seu modelo, algo que posteriormente seria realçado no toyotismo.

O modelo fordista só se universalizou a partir da apropriação da racionalização taylorista e das premissas do Estado regulador de Keynes, após a II Guerra quando o modelo capitalista do momento já não dava mais conta de sua permanência. Por volta de 1950, os modelos em questão mostravam sinais de crise; Friedmann (1972), aponta que o rodízio das tarefas, juntamente com a formação de equipes de trabalhadores dotadas de liberdade de organização do trabalho, promoveram, em termos, uma boa relação de trabalho e grau de satisfação. Dessa forma, começa a aparecer os primeiros resquícios do toyotismo.

Na segunda metade do século XX, surge no Japão o toyotismo⁴, outro modelo de organização social do trabalho capitalista. Diferente do taylorismo e do fordismo e segundo Harvey (2008), esse modelo implica a flexibilização dos postos de trabalho. O que isso quer dizer? O trabalhador é multifuncional e pode exercer várias funções, como: a atuação em células de produção (trabalho em grupo), a criatividade e inovação por parte dos trabalhadores e a utilização de tecnologias baseadas em robótica e informática. Segundo Ohno (1997), esse modelo surgiu, principalmente, para eliminar qualquer desperdício e superar o modelo precário e fustigante de produção em massa americano, a partir de dois pilares: o *just-in-time* e a automação com um toque.

³ O fordismo recebeu essa denominação porque foi implementado por Henry Ford nas suas fábricas de automóveis nos Estados Unidos.

⁴ Surgiu no Japão como modelo de gestão de trabalho nas fábricas da montadora japonesa Toyota.

Com o advento do toyotismo, novas demandas escolares aparecem. Há necessidade do Estado organizar os programas curriculares para atender o novo modelo de organização social do trabalho capitalista. Essas mudanças estão relacionadas aos novos encaminhamentos pedagógicos como o estímulo a criatividade e a capacidade de inovação dos trabalhadores, a preparação para o trabalho colaborativo e a capacitação dos trabalhadores para as rápidas mudanças tecnológicas.

2.3 As perspectivas políticas e ideológicas

Para compreendermos a política e a ideologia do século XX, devemos entender o século que precede. No final do século XIX, a ideologia predominante nos países da América e da Europa era o Liberalismo⁵ que pregava que as ideias e práticas deveriam ser determinadas pelas práticas econômicas do mercado e o Estado garantidor da ordem social. Assim, o Estado teria o papel regulador das políticas públicas sem interferências nas operações econômicas. Os bens sociais seriam ofertados com mais eficiência através do mercado, sem que os governos tivessem obrigatoriedade. O mesmo aconteceria com a escolarização que seria ofertada pela iniciativa privada; logo, cada cidadão deveria trabalhar para custear a educação de seus filhos. Moraes (2003) afirma que a doutrina liberal procura o lucro e a motivação do interesse próprio, desregulamentando e privatizando as atividades econômicas; reduz-se, assim, o Estado a funções peculiares e ínfimas na economia e sociedade.

O liberalismo entra em crise a partir do século XX, já que o Estado começa a sofrer pressão, pois, as políticas públicas voltadas à sociedade não estavam sendo eficazes. O fim da Primeira Grande Guerra, a revolução da antiga União Soviética e a Crise de 1929 provocaram caos na sociedade, no liberalismo neoclássico e fortaleceu o intervencionismo estatal.

As teorias intervencionistas sucederam ao liberalismo e defendiam as teses de que o Estado deveria regular as atividades econômicas e promover a proteção social. Com isso o keynesianismo⁶ ou doutrina keynesiana, conforme Moraes (2003), surge como nova vertente capitalista criando a concepção de Estado de bem-estar social, em que os governos funcionam como reguladores dos seguintes bens sociais: educação, saúde, transporte, moradia, seguridade social e segurança; ou seja, os bens de interesses sociais passaram a ser considerados como direito universal dos cidadãos e de obrigatoriedade do governo.

⁵ O liberalismo surge com John Locke que prega a liberdade econômica, a pouca intervenção do Estado e os direitos individuais.

⁶ Vertente política concebida por John Keynes fortalecida na Europa Ocidental, na América do Norte e na Austrália.

O Estado de bem-estar social teve fatores decisivos que fomentaram sua implementação, como o próprio modelo fordista de organização do trabalho, as condições favoráveis para intervenção estatal e a implantação dos movimentos sindicais e populares. Moraes (2003) relata que esse novo conjunto institucional era ruim para perspectiva liberal, já que sabotou a base de acumulação de capital privado por meio de reivindicações salariais, orientados pelos movimentos sindicais. Isso impôs ao Estado despesas e investimentos sociais sem o devido retorno

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi caracterizado pela interferência de agências internacionais⁷, como o Banco Mundial/Bird, o FMI e o Gatt. Houve grandes gastos públicos para sustentar as políticas de bem-estar social e, concomitantemente, a reestruturação dos países participante da Segunda Grande Guerra. Por volta de 1970, houve a crise do modelo keynesiano, pois, as operações em mercados financeiros se tornaram mais rentáveis do que os investimentos em produção. Essa crise foi marcada, de acordo com Moraes (2003), pela assunção de figuras mundiais importantes aos governos que tinham um novo olhar sobre o liberalismo: Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, Reagan, em 1980, nos EUA e entre outros. Já na América Latina, os primeiros ajustes neoliberais foram sentidos no Chile, em 1973, pelo então General Pinochet e em 1976 na Argentina, com o General Videla.

Essa nova crise trouxe mudanças como a ideia de igualdade. Ela foi cambiada pela equidade, em que o papel do Estado era de fornecer meios para que o cidadão se torne mais competitivo no mercado de trabalho, sendo assim, possível de arcar com os gastos que eram obrigatórios do Estado. Houve a diminuição do papel intervencionista do Estado para mediador das relações social e uma nova dinâmica do capital financeiro — marcado pela sua instabilidade e volatilidade nas bolsas de valores.

A crise do Estado de bem-estar permitiu a reinserção do liberalismo, agora sob uma nova roupagem, o neoliberalismo⁸. Esse sistema estava organizado em premissas para seu amplo funcionamento. O toyotismo aparece enquanto nova forma de organização do trabalho capitalista, ao fornecer mais flexibilidade para os postos de trabalho. A globalização da economia tornou os sistemas econômicos mais interdependentes, implicando na formação de blocos econômicos integrando grandes sistemas financeiros.

⁷ O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento tinha o objetivo de monitorar as políticas monetárias de países pobres, visando garantir o crescimento capitalista. O Fundo Monetário Internacional visava interferir nas políticas econômicas dos países pobres, garantindo estabilidade econômica. O Gatt, *General Agreement on Tariffs and Trade*, também conhecido por Organização Mundial do Comércio ficou responsável pelo controle do comércio internacional, procurando ampliar o livre comércio.

⁸ Esse novo sistema está apoiado no Toyotismo, na globalização, na própria ideologia neoliberal e no aumento da mundialização cultural. Suas características estão relacionadas à redução do papel do Estado, tanto nas operações financeiras quanto na proporção dos serviços públicos e integração de outras economias nacionais — através da globalização.

A globalização, aliada à inserção tecnológica e aos rápidos meios de comunicação, implicou em uma forte influência das culturas dos países conhecidos por “primeiro mundo”. Assim, costumes e formas de vida desses países ultrapassaram as fronteiras culturais e se dispuseram nos países “subdesenvolvidos”, se espalhando rapidamente e causando crises de identidade nacional e movimentos xenófobos ultrarradicais.

O paradigma neoliberal era conhecido pelas políticas públicas monetaristas em que as relações na sociedade eram reguladas pelo mercado financeiro. Esse paradigma perpassou pela América Latina, Europa e na antiga União Soviética. O Estado era visto como ineficaz perante seu papel na economia, ou seja, a burocracia estatal emperrava as operações financeiras, o que acarretava em grandes perdas econômicas — já que o mercado era volátil e instável.

Na América Latina, a partir de 1988, as políticas neoliberais, conforme Anderson, Sader e Gentili, (1995), começam a se sistematizar marcadas pela deflação, desregulamentação do mercado e das leis trabalhistas, pelas altas taxas de desemprego e pelo fenômeno de privatização. Em 1989, especialistas do FMI, Bird e BID se reuniram com funcionários do governo dos Estados Unidos da América em um evento conhecido por Consenso de Washington. Batista (1994), afirma que os assuntos tratados na reunião estão vinculados à implantação da política monetária na América Latina, com as seguintes propostas: reforma fiscal, no sentido de diminuir os impostos das grandes empresas para que elas aumentassem os lucros e a competitividade; abertura comercial, o que ocasiona o aumento de importações e exportações; política de privatizações, dirimindo o papel do governo e relegando ao poder privado; redução fiscal, cortando gastos do poder público — inclusive a terceirização dos serviços.

Entretanto, o que realmente aconteceu foi a precarização dos serviços básicos públicos e a diminuição da atividade econômica; transformou-se, assim, os países em exportadores de matéria-prima, o que gerou miséria e problemas sociais. O Estado deveria garantir os bens e serviços básicos como saúde, educação, moradia e lazer para os paupérrimos — em forma de compensação da miséria; em contrapartida, à outra parte da população, caberia adquirir os bens e serviços como mercadorias, sem quaisquer custos para o governo.

Verificou-se a decadência de uma política que mercantilizou tudo que podia. Esse sistema, segundo Sader (1995), desregulou a economia dos países em desenvolvimento emergente, retirou os direitos aos bens e serviços básicos que anteriormente eram propiciados e aumentou, mais ainda, o acúmulo de capital das grandes empresas multinacionais. O ideal neoliberal entra em crise no século XXI e traz um novo viés, voltado ao combate à pobreza, às

questões ambientais e da infância e juventude e o retorno à universalização das políticas públicas.

2.4 O ideal neoliberal na educação

A educação foi orientada pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990. A proposta, segundo a Unesco (1990), foi reforçada pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, ocorrida na Dinamarca, em 1995. O objetivo era gerar um contexto político favorável para educação, ao proporcionar a melhoria e acesso à educação básica e aos processos de ensino e de aprendizagem. Casassus (2001) afirma que, naquele período, houve uma reorientação dos investimentos das agências internacionais para a educação, sendo que esse novo caminho contribuiria para o desenvolvimento sustentável.

Nesse momento, percebe-se o papel do FMI e do Bird em fomentar, financiar e regular o empréstimo de dinheiro aos países pobres que se adequassem suas políticas monetárias. Coraggio (1995) afirma que o Bird propõe a formação humana atrelada à tecnologia, porém, o objeto central está relacionado aos meios educacionais. Percebe-se um abandono das políticas voltadas para a formação humanística (professor e aluno); entretanto, há uma retomada para a educação voltada para esses fins.

As grandes agências mundiais reguladoras, através de suas influências, conduziram as políticas educacionais sob uma visão tecnocrata e meritocrata — em que as diferenças nacionais e locais não eram consideradas. Elas visavam a redução dos gastos com a rede pública de ensino e a escolarização rápida centrada nas habilidades e competências. O que se observou, segundo Coraggio (1995), é que o corte de gastos ocasionou a redução da equipe pedagógica escolar, enfatizando-se que as instituições escolares públicas deveriam vender serviços em busca de financiamento.

2.5 O neoliberalismo na América Latina

A nova onda do liberalismo na América Latina começou em 1950, sob a direção severa de Pinochet e suas ferramentas institucionais de coerção e manutenção da soberania nacional. Os economistas da Universidade de Chicago⁹, conforme Moraes (2003), concretizaram acordos com economistas — os chamados *chicago-boys* — da Universidade do Chile para receberem treinamento para implantar a nova ideologia, mais tarde na regência de Pinochet. Trindade

⁹ Uma renomada universidade nos EUA que tinha como referências estudiosos como Milton Friedman e George Stigler. Ela direcionou estudos, juntamente com técnicos chilenos, para a implantação do neoliberalismo em seu país.

(2003), afirma que a relação entre os *chicago-boys* e o ditador chileno impôs o fim da gratuidade na educação universitária pública e proporcionou uma maior inserção do ensino privado; assim, as universidades estatais devem procurar investimentos financeiros privados e cobrar mensalidades do corpo discente para que se mantenham em funcionamento. Ou seja,

[...] para o tecnocrata neoliberal as condições ideais são dadas por uma diminuição radical do Estado e de seu poder interveniente, em virtude da criação das condições necessárias para que o mercado e a livre concorrência sejam perpetuados. (RUMIÉ ROJO, 2019, p. 160, tradução nossa).

Similarmente, o mesmo aconteceu com o México, que começou sua reforma neoliberal após o Chile. Esse país adotou uma política de reajuste fiscal, privatizações de setores públicos e uma profunda reforma no governo. Trindade (2003), afirma que com a saturação da Universidade Autônoma do México, UNAM, houve a criação da Universidade Metropolitana do México, UAM, com um viés mercadológico em que são criados mecanismos de avaliação e controle da produção dos professores universitários. Esses mecanismos praticados na UAM são influenciados por organismos internacionais como a OCDE e a UNESCO.

Diferentemente do que aconteceu com o regime ditatorial no Chile, Argentina e Uruguai, no Brasil a tomada pelo poder institucional, por meio da opressão e coerção, resultou em vultosos financiamentos em políticas públicas universitárias voltadas para a pós-graduação e a pesquisa. Trindade (2003), postula que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq foram fomentados pela ditadura com vistas ao desenvolvimento. Em contrapartida, o que se verificou foi que as universidades públicas não conseguiram se expandir, mesmo com o aumento da qualidade de ensino, abrindo as portas para um mercado de centros de ensino superior privados com baixo índice de qualidade, trazendo consigo a precarização do ensino superior.

2.6 Análise das categorias do neoliberalismo e do estado social no Brasil.

Apresentaremos algumas categorias de análise do neoliberalismo (quadro 2) e do Estado social realizando ligações com o histórico brasileiro. Essa análise surgiu a partir das discussões realizadas na disciplina *Políticas Educativas: Neoliberalismo y Privatizaciones en Educación Superior- un desafío para los sistemas educativos*, ministradas pelos professores Dr. Eric Eduardo Palma González e Dra. María Francisca Elgueta Rosas, ambos integrantes do corpo docente da Universidade do Chile. A disciplina foi oferecida ao Programa de Pós-

graduação *stricto sensu* em Educação/PPGEFB, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no ano de 2019, em Francisco Beltrão-PR.

Quadro 2 – Característica neoliberais e do Estado social.

| CARACTERÍSTICAS NEOLIBERAIS | CARACTERÍSTICAS DO ESTADO SOCIAL |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1- Estado mínimo | 1. Criação do Ministério da Saúde |
| 2- Privatizações | 2. Criação dos Direitos Trabalhistas |
| 3- Descentralizações dos Serviços | 3. Intervenção na Economia |
| 4- Precarização da Educação | 4. Seguridade Social |
| 5- Governo no mercado | 5. Sindicalismo |
| 6- Competitividade | 6. Salário Justo |
| 7- Individualismo | 7. Aposentadoria |
| 8- Liberdade econômica total | 8. Educação Pública |
| 9- Sociedade Civil | 9. Funcionário Público |
| | 10. Massificação da Educação Pública |
| | 11. Controle de preços (alguns) |
| | 12. Estado arbítrio (mediador) |
| | 13. Economia Mista |
| | 14. Nacionalização da Riqueza Natural |
| | 15. Direitos das Crianças |
| | 16. Votos das Mulheres |
| | 17. Moradia Justa |

Fonte: o autor.

O neoliberalismo vê o papel do Estado enquanto mínimo, ao evidenciar sua incapacidade de formular e regular as políticas macroeconômicas, social, fiscal e educacional — transferindo essa prerrogativa às agências internacionais e ao setor privado. Segundo Moraes (2003), o Estado exerceria, de forma ínfima, suas regulações e passaria as atividades financeiras ao controle do mercado; entretanto, sua ausência causaria um grande impacto sobre os direitos trabalhistas conquistados na Era Vargas. Em 1930, foi criado o Ministério da Saúde — já que o detentor dos meios de produção determinaria praticamente toda legislação trabalhista.

Quanto à aposentadoria, as leis que a regulam seriam ineficazes, o que ocasionaria um maior tempo de trabalho ao longo da vida, fazendo as pessoas pagarem uma previdência privada

para se aposentar. Após as conquistas obtidas na Carta Magna de 1988, em relação à seguridade social e sistema de aposentadoria, o neoliberalismo nos amedronta, tendo como exemplo o Chile: as taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram, o serviço previdenciário se deteriorou já que a massa pobre por conta de baixos salários não consegue pagar por serviços mais dignos e de qualidade. Assim, aumenta-se as taxas de pobreza e a desigualdade de renda e de gênero, já que esses serviços ficam por conta de cada indivíduo; logo, a supervisão do Estado nas práticas e serviços são ineficazes, já que há uma concepção de mercado influenciada por detentores do poder.

O sindicalismo, segundo Coutinho (2008), surgiu também na Era Vargas, a partir do que se praticava na Europa. As corporações de ofício se reuniram após a Revolução Industrial, em prol dos trabalhadores assalariados, afim de propiciar condições e direitos mais dignos para aqueles que, por vezes, eram esquecidos e estavam sob condições deteriorantes e insalubres. Com a participação mínima do Estado Brasileiro, os sindicatos perderão força e os direitos conquistados — menores jornadas de trabalho, direitos pecuniários e etc.—, já que as leis passam a ser reguladas pelo mercado.

A educação pública teria que se utilizar de financiamentos privados e de mensalidades dos alunos para que a vida orgânica escolar tivesse o mínimo de impacto, já que os recursos do governo seriam reduzidos. A educação é percebida como instrumento de acesso à globalização e modernidade, porém, segundo Casassus (2001), a exclusão caminha junto com esses instrumentos. A política educacional passar a ser balizada pelos resultados, não interessando os meios que vão ser utilizados. A formação por competências e habilidades deixa de lado a problematização e a criticidade, em que o aluno é posto como central no processo de ensino e de aprendizagem. A grande massa de estudantes que fazem parte da classe trabalhadora seria a mais afetada, já que a educação pública ficaria sob responsabilidade de cada indivíduo — desonerando o poder público.

O impacto do neoliberalismo sobre o funcionalismo público será muito grande. Sob influência da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há uma diminuição do papel do Estado brasileiro quanto à regulação dos cargos públicos. A organização, dentro de suas perspectivas, propôs reformas, principalmente no âmbito do funcionalismo público. Ela alegou que a diminuição dos cargos públicos de carreira por profissionais contratados ou terceirizados e o fim dos direitos de aposentadoria acarretariam em menos gastos para a máquina pública.

A atenção às crianças e às mulheres é algo que atravessou o autoritarismo vivido, desde que o Brasil se tornou colônia de Portugal. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma

adequação, como em toda América Latina, à doutrina de proteção. O estatuto propôs grandes avanços em relação aos direitos da criança: inibiu a o trabalho infantil, o abuso e exploração sexual e etc. Ainda nesse viés, a mulher passou por inúmeras opressões, como o voto negado e salários são incompatíveis. O que o neoliberalismo entende essa problemática como uma desregulação de responsabilidades entre a União, estados e municípios, em que todas essas esferas entram em conflitos para não se responsabilizarem com essas questões sociais. Para Passeti (2000), a gestão das políticas de atendimento social entre o governo e entidades não-governamentais acabam recriando espaços assistencialistas, ou seja, a terceirização retira as obrigações do Estado para com a população.

Com a lei mercadológica da oferta e da procura, muitos itens básicos como leite, pão e farinha sofreriam ajustes irregulares, pois, não possuem mais a regulação do Estado. Com a ineficiência das políticas públicas para o meio ambiente, as riquezas naturais passariam sobre o controle de agências que proveriam tal preservação e pagariam certas quantias para sua exploração.

Com as privatizações proposta pelo modelo neoliberal, a exemplo de algumas empresas de fornecimento de serviços básicos, a proposição de regulação e controle do serviço ficam a cargo das empresas privadas, o que ocasiona um déficit no fornecimento e na qualidade. Coutinho (2008) aponta para um enfraquecimento do Estado, já que ele deve estar alinhado aos serviços de interesse privado; não só privatizando o que é público, mas também suprimindo os direitos trabalhistas conquistado na Constituição Federal de 1988.

A descentralização de serviços é caracterizada pela transposição de responsabilidades, que eram do Estado e passam para as mãos da população; a educação e aposentadoria estariam destinados à lógica do mercado, ganhariam um valor de comércio e passariam ser um produto a ser vendido e adquirido pela sociedade. A população tão rechaçada pelo viés neoliberal em que as responsabilidades do Estado passam a ser adquiridos pelos trabalhadores como serviços terceirizados. Sendo assim, com a diminuição dos deveres do Estado, esse não deve mais fornecer moradia, saúde, água, eletricidade com a justificativa da diminuição de gastos que o oneram.

A perspectiva de precarização da educação ainda não é tão clara para a população, porém, o viés mercadológico aponta para desvalorização da carreira do professor — visto como doutrinador —, monopolização das instituições educacionais por parte de empresas privadas, controle por parte de técnicos e fiscais burocratas do que se ensina nas universidades.

O papel do governo em relação ao mercado é fornecer os mecanismos para que os recursos nacionais sejam destinados às regulações do próprio mercado. As atividades

econômicas devem se desenvolver de acordo com a lei da oferta e da procura, ou seja, o estabelecimento da liberdade de preços para que haja o livre comércio sem regulação e controle do Estado. Com o fim do governo nacional-desenvolvimentista e a partir do governo de Fernando Collor de Mello em 1990, iniciou-se a liberalização do comércio exterior, acabando com as restrições administrativas — reserva de mercado, proibição de importações em prol do fortalecimento do mercado interno e etc. — com a finalidade de reduzir os índices dos preços e aumentar a concorrência. Porém, verificou-se que as privatizações enfraqueceram as empresas estatais, o monopólio e concentração de propriedades, o que acarretou na formação de cartéis das multinacionais.

3 Considerações finais

As políticas de implantação do neoliberalismo na América Latina e, principalmente, no Brasil é um assunto complexo que não se encerra em um artigo. Porém, um exemplo emblemático de imposição dessa política mercadológica foi o ocorrido na ditadura de Pinochet, no Chile. Através das abordagens utilizadas pelos *chicago boys*, as duras medidas de implantação do viés neoliberal no Chile ocorreu de modo incisivo e com muitas tensões. Entretanto, observa-se uma grande precarização de todos os setores que seriam responsabilidade do Estado, como as esferas sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais. O abandono das obrigatoriedades do governo para com a população, com a justificativa de desonerar os cofres públicos, prejudica cada vez mais as conquistas obtidas através das legislações — em que houve participação social.

Realizamos apontamentos sobre os modelos de produção que surgiram a partir da Revolução Industrial — taylorismo, fordismo e toyotismo —, cada um com sua abordagem própria, com vistas ao incremento da eficácia e produtividade. Depois analisamos as concepções políticas e ideológicas e instituições mundiais reguladores das políticas neoliberais. Comentamos sobre o liberalismo clássico, o keynesianismo, o neoliberalismo e órgãos e instituições poderosas como Bird, FMI, OCDE e Unesco. Citamos, também, o exemplo da imposição neoliberal à educação pelo ditador Pinochet no Chile e suas implicações; por último, discutimos as categorias de análise do neoliberalismo e Estado social. Para embasamento de nossa escrita dialogamos com Harvey (2008), Moraes (2003), Anderson, Sader, Gentili, (1995), Batista (1994), Unesco (1990), Coraggio (1995) Trindade (2003), Casassus (2001), Coutinho (2008) e outros.

A partir da análise das categorias propostas no quadro 2, constatamos que o Estado social — mesmo ineficaz como a proposta neoliberal — é mais voltado às questões igualitárias, seja na educação, saúde, cultura, lazer e etc. Os direitos adquiridos na Era Vargas estão em constante movimento, seja por reformulação para adequação ou por melhoria, sempre visando a questão social. O que não podemos deixar de ressaltar é que a exemplo do Chile, as práticas neoliberais favoreceram apenas as classes mais ricas e abastadas, sob a égide de que a competitividade na economia traria desenvolvimento social.

Com isso, há um agravamento das desigualdades, já que se estimula o individualismo; portanto, quem possui maiores condições financeiras será favorecido pela lógica mercadológica em detrimento das classes subalternas. Trata-se, assim, da criação de um Estado mínimo, que atua de forma reduzida no estabelecimento das regras e fiscalizações no setor econômico — ao deixar que o mercado financeiro se autorregule.

A emancipação só pode ser alcançada pelo proletariado a partir da educação e pela ruptura com o modelo de produção capitalista que aliena as relações de trabalho. É cada vez mais frequente que o proletariado seja envolto em uma lógica mecanicista, para que não haja uma revolução e ascensão econômica das classes populares. Tal fato se concretiza com o desvelar dos conhecimentos e saberes, carregados de discursos influentes e envolventes que revelam o verdadeiro papel do neoliberalismo — através do Estado e das classes dominantes.

Referências

ANDERSON, Perry; SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. *In*: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto-Portugal: Porto, 1994.

CASASSUS, Juan. A Reforma Educação na América Latina no contexto da Globalização. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 114, p. 7-28, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

CORAGGIO, José Luís. **Economia e educacion em America Latina**: notas para uma agenda para los 90. Santiago: Consejo de Education de Adultos de América Latina, 1995. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Econom%EDa%20y%20Educaci%F3n%20en%20AL.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FORD, Henry. **Os princípios da prosperidade**. Tradução: Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Projeto de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2015.

GATTI, Bernadete. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, [s. l], v. 30, n. 1, p 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KANT, Immanuel. **Critique of Pure Reason**. Nova York: Modern Library, 1958.

MORAES, Reginaldo de. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai? São Paulo: Senac, 2003.

OHNO, Taichi. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. Tradução: Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

RUMIÉ ROJO, Sebastian Andrés. Chicago Boys en Chile: neoliberalismo, saber experto y el auge de una nueva tecnocracia. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. México, v. 235, p. 139-164, 2019.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. *In*: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TRINDADE, Hégio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. *In*: MOLLIS, Marcela. **Las universidades en América Latina**: reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura).

Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.